DIREI0027

CONSTITUIÇÃO E PROCESSO

DOCENTE: Flávia Moreira Guimarães Pessoa

CRÉDITOS: 04

CARGA HORÁRIA: 60 HS

QUANTIDADE DE AVALIAÇÕES:

EMENTA:

Constituição e Direito Processual. Direitos Fundamentais Processuais. Princípios Processuais Constitucionais. Garantias Constitucionais. Ações Constitucionais. Jurisdição Constitucional.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES:

OBJETIVOS:

BIBLIOGRAFIA:

Devido Processo Legal

LIMA, Maria Rosynete Oliveira. Devido Processo Legal. Porto Alegre: Fabris, 1999.

FREIRE, Ricardo Mauricio. Devido Processo Legal: uma visão pós-moderna. Salvador: JusPodium, 2012.

Contraditório e Ampla Defesa

TUCCI, Rogério Lauria. Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro. São Paulo: RT, 2012. Cap. 6 e 7.

LEONARDO, Cesar Augusto Luiz. Contraditório, Lealdade Processual e Dever de Cooperação intersubjetiva. .Dissertação de Mestrado Orientador: Jose Lauria Cruz e Tucci.Faculdade de Direito da USP São Paulo. 2013

RIBEIRO, Lorena Costa. O princípio do contraditório e algumas práticas para sua realização. In: PESSOA, Flávia Moreira Guimarães. Constituição e Processo. Aracaju: Evocati, 2014.

MESQUISTA, Marcelo Rocha. Inovação da tese defensiva na tréplica do procedimento do júri: contraditório versus plenitude de defesa. In: PESSOA, Flávia Moreira Guimarães. Constituição e Processo. Aracaju: Evocati, 2014.

SANTOS, Anderson Clei. A lei 10792/2003: um caso de desvelar tardio da essência do conteúdo jurídico-constitucional do princípio do contraditório e da ampla defesa. In: PESSOA, Flávia Moreira Guimarães. Constituição e Processo. Aracaju: Evocati, 2014.

Acesso a Justiça

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Acesso a Justiça. São Paulo: RT, 2011.

CAPELETTI, Mauro . GARTH, Bryant Acesso a Justiça. Porto Alegre: Fabris, 1988.

TUCCI, Rogério Lauria. Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro. São Paulo: RT, 2012. Cap. 4.

ANDRADE, Layanna Maria Santiago. Novos desafios do acesso a justiça. In: PESSOA, Flávia Moreira Guimarães. Constituição e Processo. Aracaju: Evocati, 2014.

Motivação das Decisões e Duração Razoável do Processo

TARUFFO, Michele. Uma simples verdade: o juiz e a construção dos fatos. Madrid: Marcial Pons, 2012.

FONSECA, Regina Lucia Teixeira Mendes. Dilemas da Decisão Judicial:As representações de juízes brasileiros sobre o princípio do livre convencimento motivado. Tese de Doutorado apresentada à UGF. Disponível em . http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp060431.pdf. Acesso em 01.01.12.

BERALDO, Maria Carolina Silveira. O Comportamento dos sujeitos processuais como obstáculo a razoável duração do processo. Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade de São Paulo. 2010.

.

Duplo Grau de Jurisdição e publicidade

LASPRO, Oreste Nestor de Souza, Duplo Grau de Jurisdição no Direito Processual Civil. São Paulo: RT, 1995.

ALMADA, Roberto José Ferreira de. A garantia processual da publicidade. São Paulo: RT, 2011.

MELO, Augusto Carlos Cavalcante. O princípio da publicidade e a lei de acesso a informação na perspectiva do direito fundamental ao sigilo de dados pessoais. In: PESSOA, Flávia Moreira Guimarães. Constituição e Processo. Aracaju: Evocati, 2014.

Juiz Natural

SILVA SEGUNDO, Edval Borges da Conteúdo e Aplicabilidade do Princípio do Juiz Natural. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pôs Graduação da Universidade Federal da Bahia. Disponível em https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9293/1/Edval%20Borges%20da%20Silva%20Segundo.pdf